

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 998

# Custo do PCS em 2011 é de 0,82% do que irá para Dívida

Nas duas últimas semanas antes do início do recesso e vitais para a aprovação do PCS, é importante avaliar o quanto as políticas de governo afetam o dia-a-dia e, principalmente, o bolso dos trabalhadores. Estudo feito pelo economista Washington Luiz Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud/SP, revela isso ao se deter nas implicações do custo bruto do PCS, que, segundo o STF, é de R\$ 6,3 bilhões, sem parcelamento.

Se houvesse parcelamento em quatro vezes, sendo duas parcelas em 2011 e outras duas em 2012, em janeiro e julho dos respectivos anos, o custo em 2011 seria de R\$ 2,3 bilhões. "Se fosse aplicado integralmente aos servidores do Judiciário, o PCS equivaleria a módicos 2,18% do que será destinado ao pagamento da dívida em 2011. Considerando o parcelamento, em 2011, o custo corresponderia a irrisórios 0,82% do que será gasto no próximo ano com os juros e a amortização da dívida [dívida pública federal]", revela o estudo.

Washington aponta que o PLOA (Projeto de

## PLOA 2011- ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

GND (grupo de natureza de despesa)	R\$
Pessoal e Encargos Sociais	4.926.625.550
Juros e Encargos da Dívida	168.861.878.612
Outras Despesas Correntes	7.256.322.060
Inversões Financeiras	1.726.927.227
Amortização da Dívida	108.618.530.317
Reserva de Contingência	46.329.897
<b>TOTAL</b>	<b>291.436.613.663</b>

Lei do Orçamento Anual da União de 2011), prevê o pagamento de R\$ 291,4 bilhões para as despesas com os Encargos Financeiros da União. Praticamente toda essa despesa será com o Pagamento dos Juros e Amortização da Dívida, como mostra a tabela acima.

O economista avalia que as "taxas de juros promovidas pelo governo, através do Banco Central, das mais altas do mundo, numa economia como a brasileira, não têm nenhuma justificativa econômica, exceto favorecer os bancos nacionais e internacionais e a especulação financeira". Mesmo que durante os oito anos de governo FHC os juros tenham sido bem

**Ato quinta, dia 9, das 15 às 16h, no TRT**

**Em defesa do PCS e em solidariedade aos servidores que tiveram desconto de salário**

mais altos, diz ele, o fato de o governo Lula ter reduzido as taxas não descarta o fato de que elas seguem altíssimas.

Segundo Washington, essa "festa" dos juros afeta a população como um todo, "pois é do não-atendimento das reivindicações dos servidores e da população em geral, que quer melhorar os serviços públicos como os de saúde e educação, que são sangrados os recursos que vão para banqueiros e especuladores. É o caso atualmente do PCS do Judiciário".

A equipe econômica do governo, acrescenta o economista, alega que para diminuir os juros é preciso aumentar os pagamentos da dívida, e para isso seriam necessários os ajustes de diminuição de despesas. "Ora, eles só se esqueceram de que a dívida chegou ao montante atual

por causa das enormes taxas de juros. Não fosse por isso, a dívida já teria sido paga inúmeras vezes", conclui.

### **Chega de enrolação!**

Isso mostra que a enrolação para aprovar o PCS é política, porque há recursos. Apesar deste fato, até agora Judiciário e Executivo protelam a decisão, quando se sabe muito bem que os servidores do Judiciário ficaram praticamente dois anos nas intermináveis reuniões e mesas de negociação para, no final de 2010, ainda não terem uma resposta às suas reivindicações.

**POR ISSO, NESTA QUINTA-FEIRA, DIA 9, USE A CAMISETA E O ADESIVO DA LUTA E VENHA PARA A FRENTE DO TRT!**

#### **O CUSTO DO PCS EM RELAÇÃO AOS ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO**

<b>Custo Bruto do PCS INTEGRAL do JUDICIÁRIO</b>	6.358.759.016
% Custo X Encargos Financeiros da União	2,18%
<b>Custo Bruto em 2011 do PCS INTEGRAL do JUDICIÁRIO</b>	2.384.534.631
% Custo X Encargos Financeiros da União	0,82%

## **Lula conversa com Fenajufe, mas negociação continua parada**

A coordenação da Fenajufe conversou com o presidente, no final da noite de segunda-feira, dia 6, em um evento no Rio de Janeiro. Segundo a Federação, inicialmente Lula teve uma postura de não se comprometer com os servidores, ao afirmar que está deixando o governo e que não seria correto criar nova despesa para a presidente eleita, Dilma Rousseff. No entanto, com as argumentações da Federação e dos sindicalistas de que o Ministro do STF Cezar Peluso afirmou aguardar um retorno do Palácio do Planalto desde o encerramento do processo eleitoral, Lula orientou que a Fenajufe entre em contato com o chefe de gabinete pessoal da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Segundo o presidente, o contato será importante para tratar das negociações a respeito do reajuste dos servidores do Judiciário Federal.

Durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, promovido na segunda pelo CNJ no Rio, a coordenação da Fenajufe também cobrou do juiz auxiliar da Presidência do STF, Fernando Marcondes, o resultado da conversa que o STF, teria, no início desta semana, com o secretário geral do Ministério do Planejamento, João Bernardo. Na sexta-feira, dia 3, em reunião com coordenadores da Federação, Marcondes informou que o tema do encontro com o representante do MPOG seria a negociação referentes ao PCS da categoria.

O juiz auxiliar disse ao coordenador da Federação que a reunião ainda não ocorreu, mas garantiu que até quinta, dia 9, se reunirá com o secretário geral do Planejamento, oportunidade em que, na avaliação do próprio Marcondes, o governo poderá apresentar contraproposta para votar e implementar o PL 6613/09, o PCS.

### **Servidor, você tem dúvidas jurídicas?**

Quer informações sobre suas ações? Envie sua dúvida ou questionamento por e-mail!

O endereço é [juridico@sintrajusc.org.br](mailto:juridico@sintrajusc.org.br)

O atendimento jurídico é feito no período da tarde, das 12 às 18 horas, pelo telefone (48)3222-4668, com o funcionário Fernando Blasi.